

PROGRAMA DO PROCEDIMENTO

**AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE PARA REALIZAÇÃO DE ESTUDO DE BENCHMARKING DE BOAS
PRÁTICAS NACIONAIS E INTERNACIONAIS SOBRE SISTEMAS REGIONAIS DE INOVAÇÃO E
MODELOS DE GOVERNAÇÃO DE ESTRATÉGIAS REGIONAIS DE ESPECIALIZAÇÃO
INTELIGENTE**

CONCURSO PÚBLICO REF.^a CP.PA.2022.374

PORTO 2022

Índice

I - Disposições Gerais	4
Artigo 1.º	4
(Identificação do procedimento e da Entidade Adjudicante)	4
Artigo 2.º	4
(Decisão de contratar e Fundamento da Escolha do Procedimento)	4
Artigo 3.º	4
(Consulta e fornecimento das peças do procedimento)	4
Artigo 4.º	5
(Objeto do procedimento)	5
II - Elaboração de propostas	5
Artigo 5.º	5
(Modalidade jurídica de associação)	5
Artigo 6.º	5
(Associação em caso de adjudicação)	5
Artigo 7.º	6
(Esclarecimentos, retificação e erros e omissões às peças do procedimento)	6
Artigo 8.º	6
(Parâmetro base)	6
Artigo 9.º	7
(Documentos que constituem as propostas)	7
Artigo 10.º	8
(Idioma dos documentos da proposta)	8
Artigo 11.º	9
(Proposta variante)	9
III - Apresentação das propostas	9
Artigo 12.º	9
(Prazo de apresentação das propostas)	9
Artigo 13.º	9
(Modo de apresentação das propostas)	9
Artigo 14.º	10
(Prazo da obrigação de manutenção das propostas)	10
IV - Análise e avaliação das propostas	10
Artigo 15.º	10
(Esclarecimentos às propostas)	10
Artigo 16.º	11
(Critério de adjudicação)	11
Artigo 17.º	11
(Negociação)	11

V - Habilitação	12
Artigo 18.º	12
(Documentos de habilitação)	12
Artigo 19.º	14
(Caução)	14
VI - Disposições finais	14
Artigo 20.º	14
(Despesas e encargos)	14
Artigo 21.º	15
(Legislação aplicável)	15
Artigo 22.º	15
(Produção de efeitos do contrato)	15

I - Disposições Gerais

Artigo 1.º

(Identificação do procedimento e da Entidade Adjudicante)

1. O presente programa regula o procedimento de contratação por concurso público para a aquisição de serviços para realização de estudo de benchmarking de boas práticas nacionais e internacionais sobre sistemas regionais de inovação e modelos de governação de estratégias regionais de especialização inteligente.
2. A presente contratação é promovida pela Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte (CCDR-NORTE), com o NIPC 600 074 404, que se assume como Entidade Adjudicante.
3. A Entidade Adjudicante tem sede na Rua Rainha D.ª Estefânia, n.º 251, r/c, 4150-304 Porto, com os contactos seguintes:
 - a) Telefone: 226 086 300;
 - b) Endereço eletrónico: contratacao.publica@ccdr-n.pt

Artigo 2.º

(Decisão de contratar e Fundamento da Escolha do Procedimento)

1. A decisão de contratar, nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 36.º do Código dos Contratos Públicos (CCP), foi tomada pelo Presidente da Entidade Adjudicante, estando disponível para consulta na sua sede.
2. O presente concurso público é adotado com base no critério do valor, nos termos da alínea b), do n.º 1, do artigo 20.º do CCP.

Artigo 3.º

(Consulta e fornecimento das peças do procedimento)

O programa do procedimento e o caderno de encargos, bem como os demais documentos que integram o presente procedimento, encontram-se patentes na página www.acingov.pt e, em papel ou em formato eletrónico, na sede da Entidade Adjudicante, identificada no n.º 3 do artigo 1.º, onde podem ser consultados durante as horas de expediente, das 9h00 às 13h00 e das 14h00 às 18h00, desde o dia da publicação do anúncio até ao termo do prazo fixado para a apresentação das propostas.

Artigo 4.º

(Objeto do procedimento)

1. O procedimento tem por objeto a escolha do Cocontratante da Entidade Adjudicante para a execução da prestação de serviços para realização de estudo de benchmarking de boas práticas nacionais e internacionais sobre sistemas regionais de inovação e modelos de governação de estratégias regionais de especialização inteligente.
2. A prestação de serviços envolve a execução dos serviços definidos no respetivo caderno de encargos, e mesmo aqueles que, não previstos, se mostrem necessários à perfeita e completa execução daquele objeto.

II – Elaboração de propostas

Artigo 5.º

(Modalidade jurídica de associação)

1. Ao concurso poderão apresentar-se agrupamentos de pessoas singulares ou coletivas, qualquer que seja a atividade por elas exercida, sem que entre as mesmas exista qualquer modalidade jurídica de associação, desde que subscrevam e apresentem ao concurso declaração de intenção de associação jurídica, em conformidade com o modelo constante do Anexo II ao presente programa.
2. Os membros de um agrupamento concorrente não podem ser concorrentes no mesmo procedimento, nem integrar outro agrupamento concorrente.
3. Todos os membros do agrupamento concorrente são solidariamente responsáveis, perante a Entidade Adjudicante, pela manutenção da proposta que apresentarem.

Artigo 6.º

(Associação em caso de adjudicação)

1. No caso de adjudicação, os membros do agrupamento associar-se-ão, obrigatoriamente, antes da celebração do contrato, na modalidade jurídica de agrupamento complementar de empresas, agrupamento europeu de interesse económico ou de consórcio externo, conforme a opção do Adjudicatário, mas sempre em regime de responsabilidade solidária passiva.

2. Sem prejuízo do disposto no número anterior, a Entidade Adjudicante poderá consagrar diretamente no título contratual a responsabilidade solidária passiva das várias entidades que integrem o Adjudicatário quando, para efeitos do disposto no número anterior, a modalidade de associação escolhida não implique a criação de uma entidade com personalidade jurídica.

Artigo 7.º

(Esclarecimentos, retificação e erros e omissões às peças do procedimento)

1. Os pedidos de esclarecimento necessários à boa compreensão e interpretação das peças do procedimento devem ser solicitados pelo interessado, por escrito, através da plataforma eletrónica de contratação acinGov (www.acingov.pt), até ao termo do primeiro terço do prazo fixado para apresentação das propostas e, no mesmo prazo, devem apresentar uma lista na qual identifiquem, expressa e inequivocamente, os erros e omissões das peças por si detetados, em conformidade com o previsto no n.º 2 do art.º 50.º do CCP.
2. Os esclarecimentos a que se refere o número anterior, ou quaisquer outros da iniciativa da entidade adjudicante, serão prestados por escrito, pelo órgão competente para a decisão de contratar, através da identificada plataforma, até ao termo do segundo terço do prazo fixado para apresentação das propostas.
3. No prazo indicado no número anterior, a entidade adjudicante deve pronunciar-se sobre os erros e omissões identificados pelo interessado, considerando-se rejeitados todos os que, até final daquele prazo, não sejam por ele expressamente aceites.
4. Dentro do prazo e nos termos referidos no n.º 2, a entidade adjudicante pode oficiosamente proceder à retificação dos erros e omissões das peças do procedimento.
5. Os esclarecimentos, as retificações e as listas de erros e omissões referidos nos números anteriores serão disponibilizados pela entidade adjudicante e juntos às peças do procedimento que se encontrem patentes para consulta, sendo imediatamente notificados desse facto todos os interessados e publicitado na plataforma eletrónica indicada, de acordo com o artigo 50.º do CCP.

Artigo 8.º

(Parâmetro base)

1. O preço base do procedimento é de €117.011,20€ (cento e dezassete mil e onze euros e vinte cêntimos), significando este o montante máximo que a Entidade Adjudicante se dispõe a pagar pela execução de todas as prestações que constituem o objeto do contrato a celebrar.

2. A violação do parâmetro base indicado no número anterior implica a consequência prevista nas alíneas b) e d), do n.º 2, do artigo 70.º do CCP.

Artigo 9.º

(Documentos que constituem as propostas)

1. Em conformidade com o artigo 57.º do CCP, as propostas devem ser constituídas pelos seguintes documentos:
- a) Declaração de aceitação do conteúdo do caderno de encargos, conforme o modelo constante do Anexo I;
 - b) Declaração de intenção de associação jurídica, no caso previsto no artigo 5.º deste programa, conforme o modelo constante no Anexo III;
 - c) Declaração de vinculação aos aspetos da execução do contrato não submetidos à concorrência pelo caderno de encargos previstos na alínea e) do nº1 do Artigo 9º, conforme modelo constante do Anexo IV;
 - d) Certidão Permanente, ou código de acesso à mesma, referente à pessoa jurídica do Concorrente no caso de pessoas coletivas, ou a todas elas, no caso dos agrupamentos de pessoas coletivas;
 - e) Documento que, em função do objeto do contrato a celebrar e dos aspetos da sua execução submetidos à concorrência pelo caderno de encargos, contenha os atributos da proposta, de acordo com os quais o Concorrente se dispõe a contratar:
 - i) Entendimento do âmbito, tema e objetivos do estudo (em conformidade com o ponto 2 e 3.1 das Especificações Técnicas do Caderno de Encargos);
 - ii) Explicitação da abordagem metodológica que estrutura o estudo (em conformidade com o ponto 3.2 das Especificações Técnicas do Caderno de Encargos);
 - iii) Envolvimento dos stakeholders nas diferentes fases do estudo (em conformidade com o ponto 3.3 das Especificações Técnicas do Caderno de Encargos);
 - iv) Experiência da Equipa Técnica (em conformidade com o ponto 4.1 das Especificações Técnicas do Caderno de Encargos);
 - v) Organização da equipa técnica e controlo de qualidade (em conformidade com o ponto 4 das Especificações Técnicas do Caderno de Encargos);
 - vi) Estrutura temporal e de custos da avaliação (em conformidade com o ponto 5 e 7 das Especificações Técnicas do Caderno de Encargos);
 - vii) Preço da prestação do serviço de estudo
 - f) Documento relativo a aspetos da execução do contrato não submetidos à concorrência pelo caderno de encargos, a que a Entidade Adjudicante pretende que o Concorrente se vincule, nomeadamente:

- i) Realização de pelo menos 10 estudos de caso de regiões (em conformidade com o ponto 3.2.1 das Especificações Técnicas do Caderno de Encargos);
 - ii) Composição e competências da equipa técnica (em conformidade com o ponto 4.1. das Especificações Técnicas do Caderno de Encargos):
 - A) Coordenador com experiência, nos últimos 10 anos, de coordenação de estudos sobre políticas públicas de inovação;
 - B) Técnico(s) sénior/especialista(s) com experiência, nos últimos 5 anos, de estudos relacionados com políticas públicas de inovação ou em atividades profissionais relacionadas com este tema;
 - C) Técnico(s) sénior/especialista(s) com experiência, nos últimos 5 anos, de estudos na aplicação das metodologias e/ou das técnicas de recolha e análise de informação propostas.
 - iii) Produtos e Cronograma do estudo (em conformidade com o ponto 5 das Especificações Técnicas do Caderno de Encargos);
 - iv) Estratégia de comunicação e medidas de informação e publicidade (em conformidade com o ponto 9 das Especificações Técnicas do Caderno de Encargos).
2. Integram também a proposta quaisquer outros documentos que o Concorrente apresente, por os considerar indispensáveis para os efeitos do disposto na parte final da alínea b), do n.º 1 do artigo 57.º do CCP.
3. Os documentos identificados nos números anteriores devem ser assinados com recurso a assinatura eletrónica qualificada, nos termos da Lei n.º 96/2015, de 17 de agosto, sob pena de exclusão.
4. Nos casos em que o certificado digital não possa relacionar o assinante com a sua função e poder de assinatura, deve a entidade interessada submeter na plataforma eletrónica um documento oficial indicando o poder de representação e a assinatura do assinante, nos termos do disposto no n.º 7, do artigo 54.º, da Lei n.º 96/2015, de 17 de agosto.

Artigo 10.º

(Idioma dos documentos da proposta)

1. Os documentos que constituem a proposta são obrigatoriamente redigidos em língua portuguesa.

2. Se, pela sua própria natureza ou origem, algum dos documentos previstos no artigo 10.º estiver redigido em língua estrangeira, deverá o Concorrente fazê-los acompanhar de tradução devidamente legalizada, sob pena de exclusão da proposta.

Artigo 11.º

(Proposta variante)

Não é admitida a apresentação de propostas variantes, considerando-se como tal, nos termos do n.º 1 do artigo 59.º do CCP, as propostas que, relativamente a um ou mais aspetos da execução do contrato a celebrar, contenham atributos que digam respeito a condições contratuais alternativas.

III – Apresentação das propostas

Artigo 12.º

(Prazo de apresentação das propostas)

As propostas deverão ser apresentadas até às 17h00m00s do 15.º (décimo quinto) dia a contar da data de envio para publicação do anúncio no Diário da República.

Artigo 13.º

(Modo de apresentação das propostas)

1. As propostas devem ser diretamente apresentadas na plataforma eletrónica utilizada pela Entidade Adjudicante, através do endereço www.acingov.pt.
2. No caso de a plataforma eletrónica prevista no número anterior se encontrar indisponível, as propostas devem ser apresentadas através do endereço de correio eletrónico previsto na alínea b), do n.º 3, do artigo 1.º do presente programa de procedimento (contratacao publica@ccdr-n.pt).
3. Os Interessados devem prever o tempo necessário para a inserção das propostas, bem como para a sua assinatura eletrónica, em função do tipo de acesso à internet de que dispõem.
4. A receção das propostas é registada com referência à data e hora, sendo entregue um recibo eletrónico de receção.
5. Para efeitos do artigo 62.º do CCP, deverá ser observado o disposto nos artigos 54.º, 64.º e 68.º da Lei n.º 96/2015, de 17 de agosto, nomeadamente, deverão ser assinados todos os documentos apresentados, independentemente do formato de ficheiro, com certificados de assinatura eletrónica qualificada, sob pena de exclusão da proposta.

6. No caso de os documentos serem carregados na plataforma eletrónica utilizada pela Entidade Adjudicante através de certificado de assinatura eletrónica qualificada em que não se possa relacionar diretamente o assinante com a sua função e poder de assinatura, os Interessados devem proceder à junção de documento oficial indicando o poder de representação e a assinatura do assinante, nos termos do disposto no n.º 7, do artigo 54.º Lei n.º 96/2015, de 17 de agosto.
7. Quando a proposta seja apresentada por um agrupamento concorrente, o documento referido na alínea a), do n.º 1, do artigo 10.º (Anexo I), deve ser assinado pelo representante comum dos membros que o integram, caso em que devem ser juntos à declaração os instrumentos de mandato emitidos por cada um dos seus membros ou, não existindo representante comum, deve ser assinado por todos os seus membros ou respetivos representantes.
8. A assinatura de pastas zipadas ou compactadas não equivale à assinatura dos documentos nelas contidos e não preclui a exigência prevista no n.º 5 do presente artigo.
9. A não apresentação de algum dos documentos indicados no artigo 9.º deste programa de procedimento ou o incumprimento de regras específicas sobre o procedimento, nomeadamente, o modo de apresentação e assinatura, determina a exclusão da proposta.

Artigo 14.º

(Prazo da obrigação de manutenção das propostas)

Os Concorrentes ficam obrigados a manter as respetivas propostas pelo prazo de 90 (noventa) dias, contados da data do termo do prazo fixado para a apresentação das propostas, renovando-se por igual período caso os Concorrentes, naquele prazo, nada requeiram em contrário.

IV - Análise e avaliação das propostas

Artigo 15.º

(Esclarecimentos às propostas)

1. O Júri pode pedir aos Concorrentes quaisquer esclarecimentos que considere necessários para efeito de análise e de avaliação das propostas.
2. Os esclarecimentos prestados pelos Concorrentes fazem parte integrante das propostas, desde que não contrariem os elementos constantes dos documentos que as constituem, nem visem suprir omissões que determinariam a sua exclusão.

3. Todos os Concorrentes serão notificados da prestação de esclarecimentos e de que os mesmos se encontram juntos ao processo.

Artigo 16.º

(Critério de adjudicação)

1. O critério de adjudicação é o da proposta economicamente mais vantajosa, na modalidade multifator, sendo os fatores densificadores a Qualidade técnica da proposta (F1), a Experiência da equipa técnica (F2), a Organização dos trabalhos (F3) e o Preço (F4), nos termos da alínea a), do n.º 1 do artigo 74.º do CCP e conforme resulta do modelo de avaliação definido no Anexo V;
2. Concluída a análise das propostas e após a operacionalização do critério de adjudicação, a Entidade Adjudicante graduá-las-á por ordem decrescente de mérito para efeitos de adjudicação;
3. No caso de empate na pontuação final das propostas, o desempate passará pela proposta com melhor pontuação nos fatores de adjudicação, pela ordem apresentada:
F1. Qualidade técnica da proposta
F4. Preço
F2. Experiência da equipa técnica
F3. Organização dos trabalhos
4. Se, efetuada a operação indicada no número anterior, o empate persistir, a ordenação final das propostas resultará de sorteio a promover pelo Júri, com a presença dos representantes de todos os Concorrentes, que serão antecipadamente notificados para o ato público.
5. A sessão para a realização do sorteio, nos termos do número anterior, será agendada e notificada às Entidades Convidadas com, pelo menos, 3 (três) dias úteis de antecedência;
6. O Júri elaborará uma ata que documentará os trabalhos efetuados na dita sessão e os resultados do sorteio, ata essa que será apensa ao processo de contratação e divulgada por todos os Concorrentes.

Artigo 17.º

(Negociação)

As propostas não serão objeto de negociação.

V - Habilitação

Artigo 18.º

(Documentos de habilitação)

1. O Adjudicatário deve entregar, no prazo de 10 (dez) dias a contar da notificação da decisão de adjudicação, sob cominação do prescrito no artigo 86.º do CCP, os seguintes documentos de habilitação:
 - a) Declaração emitida conforme modelo constante do Anexo II ao presente programa de procedimento, dele fazendo parte integrante;
 - b) Certidão Permanente ou código de acesso da mesma, referente à pessoa jurídica do Adjudicatário no caso de pessoas coletivas, ou a todas elas, no caso dos agrupamentos de pessoas coletivas;
 - c) Documentos comprovativos de que o Adjudicatário não se encontra nas seguintes situações de impedimento:
 - I. Tenha sido condenado por sentença transitada em julgado por qualquer crime que afete a sua honorabilidade profissional, se, entretanto, não tiver ocorrido a sua reabilitação, no caso de se tratar de pessoas singulares, ou, no caso de se tratar de pessoas coletivas, quando tenham sido condenados por aqueles crimes a pessoa coletiva ou os titulares dos seus órgãos sociais de administração, direção ou gerência, e estes se encontrem em efetividade de funções, em qualquer dos casos sem que entretanto tenha ocorrido a respetiva reabilitação;
 - II. Não tenha a sua situação regularizada relativamente a contribuições para a segurança social em Portugal ou, se for o caso, no estado de que sejam nacionais ou no qual se situe o seu estabelecimento principal;
 - III. Não tenha a sua situação regularizada relativamente a impostos devidos em Portugal ou, se for o caso, no Estado de que sejam nacionais ou no qual se situe o seu estabelecimento principal;
 - IV. Tenha sido condenado por sentença transitada em julgado por algum dos seguintes crimes, se, entretanto, não tiver ocorrido a sua reabilitação, no caso de se tratar de pessoas singulares, ou, no caso de se tratar de pessoas coletivas, tenham sido condenados pelos mesmos crimes a pessoa coletiva e os titulares dos seus órgãos

sociais de administração, direção ou gerência das mesmas e estes se encontrem em efetividade de funções, se entretanto não tiver ocorrido a sua reabilitação:

- i. Participação numa organização criminosa, tal como definida no n.º 1 do artigo 2.º da Decisão –Quadro 2008/841/JAI do Conselho, de 24 de outubro de 2008;
- ii. Corrupção, tal como definida no artigo 3.º da Convenção relativa à luta contra a corrupção em que estejam implicados funcionários da União Europeia ou dos Estados-Membros da União Europeia e no n.º 1 do artigo 2.º da Decisão – Quadro 2003/568/JAI do Conselho, de 22 de julho de 2003, e nos artigos 372.º a 374.º –B do Código Penal;
- iii. Fraude, na aceção do artigo 1.º da Convenção relativa à Proteção dos Interesses Financeiros das Comunidades Europeias;
- iv. Branqueamento de capitais ou financiamento do terrorismo, tal como definidos no artigo 1.º da Diretiva n.º 2015/849, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 20 de maio de 2015, relativa à prevenção da utilização do sistema financeiro para efeitos de branqueamento de capitais ou de financiamento do terrorismo;
- v. Infrações terroristas ou infrações relacionadas com um grupo terrorista, tal como definidas nos artigos 3.º e 4.º da Diretiva n.º 2017/541, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 15 de março de 2017, relativa à luta contra o terrorismo, ou qualquer infração relacionada com atividades terroristas, incluindo cumplicidade, instigação e tentativa, nos termos do artigo 14.º da referida diretiva;
- vi. Trabalho infantil e outras formas de tráfico de seres humanos, tal como definidos no artigo 2.º da Diretiva n.º 2011/36/UE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 5 de abril de 2011.

d) Declaração que contenha:

- I. A designação de um gestor de conta e seu substituto, conforme previsto na alínea f) do n.º 1 da cláusula 5.ª do Caderno de Encargos;
- II. A designação de um gestor de cliente e seu substituto, conforme previsto na alínea d) do n.º 1 da cláusula 11.ª do Caderno de Encargos;

- III. A identificação do contacto telefónico e eletrónico para os pedidos de serviços durante o horário normal de expediente (9h00m às 19h00m), durante os dias úteis, e a mesma informação para os pedidos fora do horário normal de expediente, caso os contactos sejam diferentes dos primeiros;
 - IV. A identificação do contacto telefónico e eletrónico de apoio 24 horas, 365 dias/ano.
- e) Documento comprovativo do registo no Registo Nacional de Agentes de Viagens e Turismo (RNAVT).
- 2. Caso o Adjudicatário se veja impedido, por facto a si não imputável, de cumprir de forma perfeita e integral as obrigações impostas em sede de habilitação deve invocar e justificar, de forma imediata, o impedimento e, logo que o mesmo cesse, proceder à regularização que se imponha.
 - 3. Fixa-se em 2 (dois) dias o prazo para efeitos do disposto na alínea g), do n.º 1, do artigo 132.º do CCP.
 - 4. Os documentos identificados nos números anteriores devem ser assinados com recurso a assinatura eletrónica qualificada, nos termos da Lei n.º 96/2015, de 17 de agosto, sob pena de caducidade da adjudicação.
 - 5. Nos casos em que o certificado digital não possa relacionar o assinante com a sua função e poder de assinatura, deve o Adjudicatário submeter na plataforma eletrónica um documento oficial indicando o poder de representação e a assinatura do assinante, nos termos do disposto no n.º 7, do artigo 54.º, da Lei n.º 96/2015, de 17 de agosto.

Artigo 19.º

(Caução)

No presente procedimento não será exigida a prestação de caução, nos termos da alínea a) do n.º 2 do artigo 88.º do CCP.

VI – Disposições finais

Artigo 20.º

(Despesas e encargos)

Todas as despesas e os encargos inerentes à celebração do contrato são da responsabilidade do Adjudicatário.

Artigo 21.º
(Legislação aplicável)

Em tudo o omissso no presente programa do procedimento, observar-se-á o regime previsto no CCP e restante legislação aplicável.

Artigo 22.º
(Produção de efeitos do contrato)

1. O contrato a celebrar produzirá efeitos nos termos seguintes, de acordo com o disposto na Lei n.º 98/97, de 26 de agosto, na redação atual:
 - a) Se o valor do contrato for inferior a €750.000,00 (setecentos e cinquenta mil euros), produzirá todos os efeitos na data da sua assinatura;
 - b) Se o valor do contrato for igual ou superior a €750.000,00 (setecentos e cinquenta mil euros) e igual ou inferior a €950.000,00 (novecentos e cinquenta mil euros), produzindo efeitos na data da assinatura e antes da obtenção da declaração de conformidade ou do visto prévio do Tribunal de Contas, com exceção da obrigação de pagamento dos serviços executados, que ficará suspensa entre a data da assinatura do contrato e a data da notificação à Entidade Adjudicante, pelo Tribunal de Contas, da declaração de conformidade ou do visto prévio, ou da sua eventual recusa;
 - c) Se o valor do contrato for superior a €950.000,00 (novecentos e cinquenta mil euros), só produzirá quaisquer efeitos após a obtenção da declaração de conformidade ou do visto prévio do Tribunal de Contas.
2. Para os efeitos previstos na alínea b), do número anterior, caso venha a ser recusado o visto pelo Tribunal de Contas, serão pagos ao Adjudicatário todos os serviços entretanto por este executados, desde que o respetivo valor não ultrapasse a programação contratualmente estabelecida para aquele período.
3. O prazo de pagamento dos serviços executados nos termos da alínea b), do n.º 1 do presente artigo é o fixado no caderno de encargos.

ANEXO I

Modelo de Declaração

[a que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 57.º ou a subalínea i) da alínea b) e alínea c) do n.º 3 do artigo 256.º-A, conforme aplicável]

1 - ... (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de¹... (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), tendo tomado inteiro e perfeito conhecimento do caderno de encargos relativo à execução do contrato a celebrar na sequência do procedimento de... (designação ou referência ao procedimento em causa) e, se for o caso, do caderno de encargos do acordo-quadro aplicável ao procedimento, declara, sob compromisso de honra, que a sua representada ² se obriga a executar o referido contrato em conformidade com o conteúdo do mencionado caderno de encargos, relativamente ao qual declara aceitar, sem reservas, todas as suas cláusulas.

2 - Declara também que executa o referido contrato nos termos previstos nos seguintes documentos, que junta em anexo ³:

a)...

b)...

3 - Declara ainda que renuncia a foro especial e se submete, em tudo o que respeitar à execução do referido contrato, ao disposto na legislação portuguesa aplicável.

4 - Mais declara, sob compromisso de honra, que não se encontra em nenhuma das situações previstas no n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.

5 - O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica, consoante o caso, a exclusão da proposta apresentada ou a caducidade da adjudicação que eventualmente sobre ela recaia e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em

¹ Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas;

² No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada»;

³ Enumerar todos os documentos que constituem a proposta, para além desta declaração, nos termos do disposto nas alíneas b), c) e d) do n.º 1 e nos n.ºs 2 e 3 do artigo 57;

qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

6 - Quando a entidade adjudicante o solicitar, o concorrente obriga-se, nos termos do disposto no artigo 81.º do Código dos Contratos Públicos, a apresentar os documentos comprovativos de que não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e h) do n.º 1 do artigo 55.º do referido Código.

7 - O declarante tem ainda pleno conhecimento de que a não apresentação dos documentos solicitados nos termos do número anterior, por motivo que lhe seja imputável, determina a caducidade da adjudicação que eventualmente recaia sobre a proposta apresentada e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

... (local),... (data),... [assinatura ⁴].

⁴ Nos termos do disposto nos n.ºs 4 e 5 do artigo 57.º;

ANEXO II

Modelo de declaração

[a que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 81.º]

1 - ... (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de
1... (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas,
números de identificação fiscal e sedes), adjudicatário(a) no procedimento de... (designação ou
referência ao procedimento em causa), declara, sob compromisso de honra, que a sua representada ²
não se encontra em nenhuma das situações previstas no n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos
Públicos.

2 - O declarante junta em anexo [ou indica...como endereço do sítio da Internet onde podem ser
consultados ³] os documentos comprovativos de que a sua representada ⁴ não se encontra nas
situações previstas nas alíneas b), d), e) e h) do n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.

3 - O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica a
caducidade da adjudicação e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do
Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação
do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento
candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos,
sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

... (local),... (data),... [assinatura⁵].

¹ Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas;

² No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada»;

³ Acrescentar as informações necessárias à consulta, se for o caso;

⁴ No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada»;

⁵ Nos termos do disposto nos n.ºs 4 e 5 do artigo 57.º

ANEXO III

MODELO DE DECLARAÇÃO DE INTENÇÃO DE ASSOCIAÇÃO JURÍDICA

....., (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de¹ (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes),

e

....., (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de² (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes),

e

(...)

entidades que integram o concorrente ao³, tendo tomado claro, perfeito e cabal conhecimento dos termos e condições do procedimento declaram, sob compromisso de honra, que:

1. Caso lhes venha a ser adjudicada a aquisição de serviços, objeto do concurso, se constituirão em agrupamento complementar de empresas ou celebrarão contrato de consórcio em regime de responsabilidade solidária passiva;
2. Independentemente do que em contrário se dispuser em qualquer momento no contrato de consórcio ou no instrumento de associação jurídica celebrado entre as entidades que integram o concorrente, todas elas responderão solidariamente pelo bom, perfeito e tempestivo cumprimento das obrigações para elas emergentes do contrato;
3. Qualquer alteração ao regime de responsabilidades das entidades do agrupamento é nula e de nenhum efeito na relação de todas com a Entidade Adjudicante se não conhecer o prévio acordo escrito desta;
4. Nenhuma das entidades que integram o concorrente poderá ceder, total ou parcialmente, a sua posição jurídica no agrupamento, ou renunciar às suas obrigações, pelo que qualquer alteração na composição do mesmo merecerá a prévia autorização da Entidade Adjudicante.

..... (local), (data), [assinatura⁴].

¹ Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas;

² Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas;

³ Identificação do procedimento;

⁴ Nos termos do disposto nos n.ºs 4 e 5 do artigo 57.º.

ANEXO IV

Modelo de declaração de vinculação aos aspetos da execução do contrato não submetidos à concorrência pelo caderno de encargos a que se refere a alínea c) do n.º 1 do artigo 9.º

1 - ... (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de
1... (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), tendo tomado inteiro e perfeito conhecimento do caderno de encargos relativo à execução do contrato a celebrar na sequência do procedimento de... (designação ou referência ao procedimento em causa), declara, sob compromisso de honra, que as informações constantes da presente declaração correspondem à verdade.

2 - O declarante vincula-se aos aspetos da execução do contrato não submetidos à concorrência pelo caderno de encargos, nomeadamente:

i) Realização de pelo menos 10 estudos de caso de regiões (em conformidade com o ponto 3.2.1 das Especificações Técnicas do Caderno de Encargos).

ii) Composição e competências da equipa técnica (em conformidade com o ponto 4.1. das Especificações Técnicas do Caderno de Encargos):

A) Coordenador com experiência, nos últimos 10 anos, de coordenação de estudos sobre políticas públicas de inovação;

B) Técnico(s) sénior/especialista(s) com experiência, nos últimos 5 anos, de estudos relacionados com políticas públicas de inovação ou em atividades profissionais relacionadas com este tema;

C) Técnico(s) sénior/especialista(s) com experiência, nos últimos 5 anos, de estudos na aplicação das metodologias e/ou das técnicas de recolha e análise de informação propostas.

iii) Produtos e Cronograma do estudo (em conformidade com o ponto 5 das Especificações Técnicas do Caderno de Encargos);

iv) Estratégia de comunicação e medidas de informação e publicidade (em conformidade com o ponto 9 das Especificações Técnicas do Caderno de Encargos).

3 - O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica a caducidade da adjudicação e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação

¹ Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas;

do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

... (local),... (data),... [assinatura²].

² Nos termos do disposto nos n.ºs 4 e 5 do artigo 57.º.

ANEXO V
MODELO DE AVALIAÇÃO

(a que se refere o Artigo 16.º (Critério de Adjudicação) do Programa)

O critério de adjudicação é o da proposta economicamente mais vantajosa, na modalidade multifator, nos termos da alínea a), do n.º 1 do artigo 74.º do CCP, tendo em consideração os seguintes fatores:

F1. Qualidade técnica da proposta (45%)

F2. Experiência da equipa técnica (15%)

F3. Organização dos trabalhos (10%)

F4. Preço (30%)

A pontuação global (PG) será atribuída de acordo com a seguinte fórmula:

$$PG = [(45 \times F1) + (15 \times F2) + (10 \times F3) + (30 \times F4)] / 100$$

Sendo que:

$$F1 = [(30 \times a1) + (50 \times b1) + (20 \times c1)] / 100$$

- a1 - Entendimento do âmbito, tema e objetivos do estudo
- b1 - Explicitação da abordagem metodológica
- c1 - Nível de envolvimento dos stakeholders

$$F2 = [(40 \times a2) + (30 \times b2) + (30 \times c2)] / 100$$

- a2 - Experiência do Coordenador em políticas de inovação
- b2 - Experiência do(s) Técnico(s) sénior/especialista(s) em políticas públicas de inovação
- c2 - Experiência do(s) Técnico(s) sénior/especialista(s) na aplicação das metodologias e/ou das técnicas de recolha e análise de informação

$$F3 = [(60 \times a3) + (40 \times b3)] / 100$$

- a3 - Organização da equipa técnica e controlo de qualidade
- b3 - Estrutura temporal e de custos da avaliação

$$F4 = [1 - Pp / (Pb + Pp)] \times 4$$

- Pp - Preço da Proposta
- Pb - Preço Base

A pontuação dos Subfatores integrados nos Fatores F1, F2 e F3 será feita mediante a aplicação de uma escala numérica de quatro níveis: 1, 2, 3 e 4. A pontuação para o Fator F4 relativo ao preço será assente numa escala contínua entre 2 e 4. A pontuação de cada Fator e a pontuação global das propostas serão arredondadas à terceira casa decimal.

O critério de adjudicação encontra-se densificado no modelo de avaliação constante na tabela seguinte.

Tabela: Densificação dos Fatores e Subfatores de avaliação

Fatores e Subfatores de Avaliação	Peso do fator	Peso do Subfator	Tópicos de Análise	Escala de Pontuação
F1 - Qualidade Técnica da Proposta	45			
a1 - Entendimento do âmbito, tema e objetivos do estudo As propostas serão analisadas em função do entendimento demonstrado face ao âmbito, tema e objetivos do estudo definidos nas cláusulas técnicas do Caderno de Encargos. (Conforme ponto 2 e 3.1 das Especificações Técnicas do Caderno de Encargos)		30	Os parâmetros que caracterizam o subfator a1 e que serão alvo de avaliação são os seguintes: (i) demonstra conhecimento do tema do estudo e compreensão do que se pretende, sem se limitar a reproduzir os conteúdos das Especificações Técnicas do Caderno de Encargos. (ii) o conteúdo da proposta é claro e preciso, apresentando todos e apenas os elementos essenciais à compreensão da leitura que o prestador faz do âmbito, tema e objetivos do estudo. A pontuação do subfator será feita mediante a aplicação da escala numérica: 1, 2, 3 e 4.	4 pontos - A proposta demonstra um elevado conhecimento do âmbito e tema do estudo e compreensão dos objetivos do mesmo, sem se limitar a reproduzir os conteúdos das Especificações Técnicas do Caderno de Encargos, sendo o conteúdo da proposta claro e preciso, apresentando todos e apenas os elementos essenciais à compreensão da leitura que o prestador faz do âmbito, tema e objetivos do estudo. 3 pontos - A proposta demonstra um bom conhecimento do âmbito e tema do estudo e compreensão dos objetivos do mesmo, apresentando, contudo, pequenas lacunas face ao solicitado nas Especificações técnicas do Caderno de Encargos. 2 pontos - A proposta demonstra conhecimento do âmbito e tema do estudo e compreensão dos objetivos do mesmo, apresentando, contudo, algumas lacunas face ao solicitado nas Especificações técnicas do Caderno de Encargos. 1 ponto - A proposta não demonstra conhecimento do âmbito e tema do estudo e compreensão dos objetivos do mesmo, limitando-se a reproduzir os conteúdos das Especificações Técnicas do Caderno de Encargos.
b1 - Explicitação da abordagem metodológica As propostas serão analisadas em função da		50	Os parâmetros que caracterizam o subfator b1 e que serão alvo de	4 pontos - Proposta com uma estratégia metodológica muito adequada e descrita de modo

Fatores e Subfatores de Avaliação	Peso do fator	Peso do Subfator	Tópicos de Análise	Escala de Pontuação
clareza, robustez, focagem e aprofundamento da abordagem metodológica na sua relação com os objetivos enunciados nas cláusulas técnicas. Neste contexto será igualmente valorizada a objetividade e capacidade de síntese na apresentação da metodologia do estudo que pretende ser implementada <i>(Conforme ponto 3.2 das Especificações Técnicas do Caderno de Encargos)</i>			avaliação são os seguintes: i) descrição sintética e adequada da metodologia de resposta aos objetivos do estudo; ii) descrição sintética e adequada da metodologia de identificação das regiões para benchmarking; iii) descrição sintética e adequada das fontes de informação a utilizar e dos métodos de recolha, tratamento e análise da informação a mobilizar; iv) descrição sintética e adequada dos objetivos e da pertinência de cada método de recolha de informação proposto; A pontuação do subfator será feita mediante a aplicação da escala numérica: 1, 2, 3 e 4.	aprofundado, mas sintética, dando resposta a todos os itens que caracterizam o subfator 3 pontos - Proposta com uma estratégia razoavelmente adequada e descrita com alguma profundidade, apresentando, contudo, pequenas lacunas face ao solicitado nos itens que caracterizam o subfator. 2 pontos – Proposta com uma estratégia genericamente adequada e descrita com alguma profundidade, apresentando, contudo, algumas lacunas face ao solicitado os itens que caracterizam o subfator 1 ponto – Proposta com uma estratégia metodológica pouco adequada e vaga, não dando resposta à maioria dos itens que caracterizam o subfactor.
c1 - Nível de envolvimento dos stakeholders As propostas serão analisadas em função da amplitude e concretização das estratégias de envolvimento dos stakeholders durante as fases de desenvolvimento do estudo <i>(Conforme ponto 3.3 das Especificações Técnicas do Caderno de Encargos)</i>		20	Os parâmetros que caracterizam o subfator c1 e que serão alvo de avaliação são os seguintes: i) identificação e estratégia de envolvimento dos stakeholders no aprofundamento da metodologia do estudo; ii) identificação e estratégia de envolvimento dos stakeholders durante o processo de recolha de informação; iii) identificação e estratégia de envolvimento dos stakeholders no processo de validação de resultados e recomendações iv) apresentação de estratégias diversificadas e inovadoras de envolvimento dos stakeholders. A pontuação do subfator será feita mediante a	4 pontos – Proposta que identifica os stakeholders de forma muito adequada, com a apresentação de uma estratégia de envolvimento detalhada durante as fases de desenvolvimento do estudo, cumprindo todos os itens que caracterizam o subfactor. 3 pontos – Proposta que identifica razoavelmente os stakeholders, com a apresentação de uma estratégia de envolvimento durante as fases de desenvolvimento do estudo, apresentando, contudo, pequenas lacunas face aos itens que caracterizam o subfator. 2 pontos – Proposta que identifica genericamente os stakeholders, com a apresentação de uma estratégia de envolvimento durante as fases de desenvolvimento do estudo, apresentando, contudo, algumas lacunas face aos itens que caracterizam o subfator.

Fatores e Subfatores de Avaliação	Peso do fator	Peso do Subfator	Tópicos de Análise	Escala de Pontuação
			aplicação da escala numérica: 1, 2, 3 e 4.	1 ponto – Proposta que não identifica adequadamente os stakeholders e apresenta uma estratégia de envolvimento genérica, não cumprindo a maioria dos itens que caracterizam o subfactor.
F2. Experiência da equipa técnica	15			
a2 – Experiência do Coordenador em políticas de inovação As propostas serão analisadas em função da experiência do coordenador na coordenação de estudos sobre políticas públicas de inovação. <i>(Conforme ponto 4 das Especificações Técnicas do Caderno de Encargos)</i>		40	O parâmetro que caracteriza o subfator a2 e que será alvo de avaliação é a experiência do coordenador na coordenação de estudos, artigos académicos ou outros trabalhos sobre políticas públicas de inovação. A pontuação do subfator será feita mediante a aplicação da escala numérica: 1, 2, 3 e 4.	4 pontos – Proposta que evidencia um coordenador com uma experiência significativa, nos últimos 10 anos, de coordenação de estudos sobre políticas públicas de inovação, ou seja, maior ou igual a 4 estudos (*) nos últimos 10 anos 3 pontos - Proposta que evidencia um coordenador com razoável experiência, nos últimos 10 anos, de coordenação de estudos sobre políticas públicas de inovação, ou seja, igual a 3 estudos (*) nos últimos 10 anos 2 pontos – Proposta que evidencia um coordenador com experiência, nos últimos 10 anos, de coordenação de estudos sobre políticas públicas de inovação, ou seja, igual a 2 estudos (*) nos últimos 10 anos 1 ponto – Proposta que evidencia um coordenador com pouca experiência, nos últimos 10 anos, de coordenação de estudos sobre políticas públicas de inovação, ou seja, igual a 1 estudo (*) nos últimos 10 anos (*) Estudos, artigos académicos ou outros trabalhos.
b2 - Experiência do(s) Técnico(s) sénior/especialista(s) em políticas públicas de inovação As propostas serão analisadas em função da experiência do(s) técnico(s) sénior/especialista(s) em		30	O parâmetro que caracteriza o subfator b2 e que será alvo de avaliação é a experiência do(s) técnico(s) sénior/especialista(s) no desenvolvimento de estudos, artigos académicos ou outros trabalhos relacionados com políticas públicas de	4 pontos – Proposta evidencia que o(s) técnico(s) sénior/especialista(s) apresenta(m) experiência significativa, nos últimos 5 anos, no desenvolvimento de estudos sobre políticas de inovação ou atividades profissionais relacionadas com esse tema, ou seja, maior ou igual 4 estudos (*)

Fatores e Subfatores de Avaliação	Peso do fator	Peso do Subfator	Tópicos de Análise	Escala de Pontuação
políticas públicas de inovação. (Conforme ponto 4 das Especificações Técnicas do Caderno de Encargos)			inovação ou em atividades profissionais relacionadas com este tema. A pontuação do subfator será feita mediante a aplicação da escala numérica: 1, 2, 3 e 4.	ou maior ou igual a 4 anos em atividades profissionais, nos últimos 5 anos 3 pontos – Proposta evidencia que o(s) técnico(s) sénior/especialista(s) apresenta(m) razoável experiência, nos últimos 5 anos, no desenvolvimento de estudos sobre políticas de inovação ou atividades profissionais relacionadas com esse tema, ou seja, igual a 3 estudos (*) ou 3 anos em atividades profissionais, nos últimos 5 anos 2 pontos – Proposta evidencia que o(s) técnico(s) sénior/especialista(s) apresenta(m) alguma experiência, nos últimos 5 anos, no desenvolvimento de estudos sobre políticas de inovação ou atividades profissionais relacionadas com esse tema, ou seja, igual a 2 estudos (*) ou 2 anos em atividades profissionais, nos últimos 5 anos 1 ponto – Proposta evidencia que o(s) técnico(s) sénior/especialista(s) apresenta(m) pouca experiência, nos últimos 5 anos, no desenvolvimento de estudos sobre políticas de inovação ou atividades profissionais relacionadas com esse tema, ou seja, igual a 1 estudo (*) ou 1 ano em atividades profissionais, nos últimos 5 anos. (*) Estudos, artigos académicos ou outros trabalhos.
c2 - Experiência do(s) Técnico(s) sénior/especialista(s) na aplicação das metodologias e/ou das técnicas de recolha e análise de informação As propostas serão analisadas em função da experiência do(s) técnico(s) sénior/especialista(s) na aplicação das metodologias		30	O parâmetro que caracteriza o subfator c2 e que será alvo de avaliação é a experiência do(s) técnico(s) sénior/especialista(s) no desenvolvimento de estudos, artigos académicos ou outros trabalhos com aplicação das metodologias e/ou das técnicas de recolha e	4 pontos – Proposta evidencia que o(s) técnico(s) sénior/especialista(s) apresenta(m) experiência significativa, nos últimos 5 anos, no desenvolvimento de estudos com aplicação das metodologias e/ou das técnicas de recolha e análise de informação propostas, ou seja, maior ou igual a 4 estudos (*) nos últimos 5 anos.

Fatores e Subfatores de Avaliação	Peso do fator	Peso do Subfator	Tópicos de Análise	Escala de Pontuação
e/ou das técnicas de recolha e análise de informação propostas. (Conforme ponto 4 das Especificações Técnicas do Caderno de Encargos)			análise de informação propostas. A pontuação do subfator será feita mediante a aplicação da escala numérica: 1, 2, 3 e 4.	3 pontos – Proposta evidencia que o(s) técnico(s) sénior/especialista(s) apresenta(m) razoável experiência, nos últimos 5 anos, no desenvolvimento de estudos com aplicação das metodologias e/ou das técnicas de recolha e análise de informação propostas, ou seja, igual a 3 estudos (*) nos últimos 5 anos 2 pontos – Proposta evidencia que o(s) técnico(s) sénior/especialista(s) apresenta(m) alguma experiência, nos últimos 5 anos, no desenvolvimento de estudos na aplicação das metodologias e/ou das técnicas de recolha e análise de informação propostas, ou seja, igual a 2 estudos (*) nos últimos 5 anos. 1 ponto – Proposta evidencia que o(s) técnico(s) sénior/especialista(s) apresenta(m) pouca experiência, nos últimos 5 anos, no desenvolvimento de estudos na aplicação das metodologias e/ou das técnicas de recolha e análise de informação propostas, ou seja, igual a 1 estudo (*) nos últimos 5 anos. (*) Estudos, artigos académicos ou outros trabalhos.
F3. Organização dos trabalhos	10			
a3 - Organização da equipa técnica e controlo de qualidade As propostas serão analisadas em função da adequação da forma de organização da equipa técnica e das tarefas a realizar, incluindo o controlo de qualidade dos processos e dos produtos do estudo (Conforme ponto 4 das Especificações Técnicas do Caderno de Encargos)		60	Os itens que caracterizam o subfator a3 e que serão alvo de avaliação são os seguintes: (i) Adequação da forma de organização da equipa técnica e das tarefas a realizar; (ii) Adequação do sistema de controlo de qualidade e alocação de recursos a essa função. A pontuação do subfator será feita mediante a aplicação da escala numérica: 1, 2, 3 e 4.	4 pontos - Proposta descreve adequadamente a forma de organização da equipa e das tarefas a realizar no âmbito do estudo, incluindo o controlo de qualidade dos processos e dos produtos do estudo. 3 pontos – Proposta descreve de forma razoável organização da equipa e das tarefas a realizar no âmbito do estudo, incluindo o controlo de qualidade dos processos e dos produtos do

Fatores e Subfatores de Avaliação	Peso do fator	Peso do Subfator	Tópicos de Análise	Escala de Pontuação
				estudo, apresentando, contudo, pequenas lacunas. 2 pontos – Proposta descreve de forma genérica a organização da equipa e das tarefas a realizar no âmbito do estudo, incluindo o controlo de qualidade dos processos e dos produtos do estudo, apresentando, contudo, algumas lacunas. 1 ponto – Proposta descreve de forma muito genérica a organização da equipa e das tarefas a realizar no âmbito do estudo, incluindo o controlo de qualidade dos processos e dos produtos do estudo, apresentando bastantes lacunas.
b3 - Estrutura temporal e de custos da avaliação As propostas serão analisadas em função da coerência e adequabilidade dos quadros temporal e de custos da avaliação, tendo em conta os objetivos, os produtos, o horizonte temporal e o preço base definido, bem como os métodos de recolha e análise de informação propostos. <i>(Conforme ponto 5 e 7 das Especificações Técnicas do Caderno de Encargos)</i>		40	Os itens que caracterizam o subfator b3 e que serão alvo de avaliação são os seguintes: i) Adequação e credibilidade do conteúdo do Diagrama de Gantt; ii) Adequação e credibilidade do orçamento proposto. A pontuação será feita mediante a aplicação da escala numérica: 1, 2, 3 e 4.	4 pontos – Proposta apresenta o Diagrama de Gantt e orçamento de forma adequada face à estratégia metodológica proposta, detalhando de forma credível o quadro temporal e de custos previstos para cada tarefa e método de recolha e análise da informação proposto. 3 pontos – Proposta apresenta o Diagrama de Gantt e orçamento de forma razoavelmente adequada face à estratégia metodológica proposta, detalhando o quadro temporal e de custos previstos para as tarefas e os métodos de recolha e análise da informação propostos, mas contendo pequenas lacunas. 2 pontos – Proposta apresenta o Diagrama de Gantt e orçamento de forma genérica face à estratégia metodológica proposta, apresentando o quadro temporal e de custos previstos para as tarefas e os métodos de recolha e análise da informação propostos, mas contendo algumas lacunas. 1 ponto – Proposta apresenta o Diagrama de Gantt e orçamento de forma muito genérica, em que

Fatores e Subfatores de Avaliação	Peso do fator	Peso do Subfator	Tópicos de Análise	Escala de Pontuação
				não é possível aferir a adequação e credibilidade dos seus conteúdos face à estratégia metodológica apresentada.
F4 - Preço	30			
Preço da prestação do serviço de estudo As propostas serão analisadas em função da relação que se estabelece entre o preço apresentado e o preço base das propostas.			$F4 = [1 - \text{Preço Proposta} / (\text{Preço Base} + \text{Preço Proposta})] * 4$	Escala contínua entre 2 e 4.

Mais se propõe que, em caso de empate na pontuação final das propostas, sejam considerados como fator de desempate a melhor pontuação nos seguintes critérios pela ordem apresentada:

F1. Qualidade técnica da proposta

F4. Preço

F2. Experiência da equipa técnica

F3. Organização dos trabalhos

Se, efetuada a operação indicada no número anterior, o empate persistir, a ordenação final das propostas resultará de sorteio a promover pelo Júri, com a presença dos representantes de todos os Concorrentes, que serão antecipadamente notificados para o ato público.

A sessão para a realização do sorteio, nos termos do número anterior, será agendada e notificada às Entidades Convidadas com, pelo menos, 3 (três) dias úteis de antecedência, sendo comunicada a data, hora e local onde se realizará o ato de sorteio.

O Júri elaborará uma ata que documentará os trabalhos efetuados na dita sessão e os resultados do sorteio, ata essa que será apensa ao processo de contratação e divulgada por todos os Concorrentes.